

Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920*

In favor of a eugenic nation: hygiene, race and national identity in the Brazilian eugenics movement (1917-1927)

VANDERLEI SEBASTIÃO DE SOUZA

Casa de Oswaldo Cruz | Fiocruz

Introdução

Quando as discussões sobre a eugenia foram introduzidas no Brasil nas primeiras décadas do século XX, suas idéias e pressupostos tornaram-se recorrentes no meio intelectual e científico, especialmente entre médicos, higienistas, juristas e educadores. Na literatura nacional, o termo “eugenia” aparecia sempre como símbolo de modernidade cultural, assimilada como um conhecimento científico que expressava muito do que havia de mais “atualizado” na ciência moderna. Falar sobre a eugenia significava pensar em evolução, progresso e civilização, termos que constituíam o imaginário nacionalista das elites brasileiras. Em muitos casos, a eugenia era interpretada como a “nova religião da humanidade”, tamanha a admiração e crença que os “homens de ciência” depositavam nessa forma de conhecimento.¹

Fascinados pelos encantos dessa “nova ciência”, os intelectuais brasileiros entendiam que a eugenia poderia desempenhar um papel importante no processo de construção de uma “outra” realidade nacional, o que os possibilitaria agir no sentido de retirar o país do apregoadado atraso civilizacional. No Brasil, assim como em muitos países da América Latina, a eugenia foi incorporada aos projetos políticos e científicos que almejavam produzir uma ampla reforma social, nos quais a eugenia teria como função melhorar o aspecto físico, moral e mental da “raça nacional”.²

RESUMO Este artigo analisa as idéias eugênicas e a forma como o movimento eugênico brasileiro se organizou durante os anos 1910 e 1920, quando o médico e eugenista Renato Kehl iniciou a campanha de divulgação da eugenia no Brasil. Procuo destacar a associação da eugenia com a higiene e as concepções neolamarckistas, bem como sua relação com as discussões sobre raça e identidade nacional. Argumento também que a eugenia brasileira desse período se caracterizou por um modelo de “eugenia preventiva”, cujo projeto visava contribuir para o aperfeiçoamento da nacionalidade e para a reposição do Brasil no cenário internacional.

Palavras-chave eugenia; higiene; raça; nação; Renato Kehl.

ABSTRACT *This article analyses eugenic thought and the way that the Brazilian eugenics movement was organized between 1910 and 1920, when the physician and eugenicist Renato Kehl started the campaign of divulgation of eugenics in Brazil. I pay special attention to the association between eugenics, hygiene and neo Lamarckian concepts, as well as to the relation between eugenics and the debates on race and national identity. I argue that Brazilian eugenics, during this period, was characterized by a “preventative eugenics” model whose aim was to enhance the image of Brazilian nationality and place the country once again in the international scenario.*

Key words eugenics; hygiene; race; nation; Renato Kehl

Analiso neste artigo o surgimento das idéias eugênicas no Brasil entre 1910 e 1920. Emprego esse recorte temporal por alguns motivos principais: primeiro, porque este é o período inicial de organização e institucionalização do movimento eugênico; em segundo lugar, porque é durante os anos 1910 e 1920 que a eugenia de caráter preventivo se definirá de modo mais claro, especialmente devido à sua forte ligação com o projeto reformista proposto pelo movimento sanitaria; além disso, considero que tanto a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia quanto a criação do *Boletim de Eugenia*, ambos em 1929, assim como todo o processo político que se seguiu durante os anos 1930, definiram um outro momento – social, político, institucional e intelectual – para o desenvolvimento das idéias eugênicas no Brasil. Nesse sentido, procuro neste trabalho mapear e discutir as questões que contribuíram para o aparecimento da eugenia no interior do campo científico brasileiro, destacando o processo de institucionalização da eugenia e a atuação de Renato Kehl como o principal propagandista desse movimento. Argumento que a eugenia foi introduzida no Brasil em resposta à preocupação das elites políticas e intelectuais com o péssimo estado de saúde da população, das condições sanitárias e da composição racial da nacionalidade, além da própria preocupação intrínseca quanto ao reposicionamento do Brasil no cenário internacional. Por outro lado, discuto, ainda, a relação do pensamento eugênico brasileiro com a tradição médico-sanitaria, bem como sua associação às idéias ambientalistas oriundas das concepções neolamarckistas. Por último, analiso os caminhos e questões que ligavam a eugenia às discussões sobre raça e identidade nacional. Pretendo demonstrar que a eugenia brasileira foi influenciada também pela situação racial do país, num contexto em que a própria identidade racial da nação foi motivo de grandes discussões entre os eugenistas, médicos, cientistas e a intelectualidade brasileira em geral.

O cenário nacional e a “questão social” no início do século XX

A partir da metade do século XIX, muitos cientistas, viajantes e intelectuais estrangeiros, apoiados nas teorias científicas e nos (pre)conceitos raciais, haviam pronunciado diversos veredictos extremamente desfavoráveis ao futuro do Brasil. Escritores como Arthur de Gobineau, Louis Couty e Louis Agassiz – que estiveram no Brasil durante a década de 1860 –, além do inglês Thomas Buckle, consideravam o Brasil como um “território vazio” e “pernicioso à saúde”, enquanto os brasileiros eram vistos como “seres assustadoramente feios” e “degenerados”.³ Para esses viajantes, uma conjunção de fatores climáticos e raciais, sobretudo a “larga miscigenação”, era mobilizada para explicar a suposta inferioridade do homem brasileiro e a impossibilidade de o Brasil acessar os valores do “mundo civilizado”.⁴

Essas representações negativas sobre a realidade nacional, quando não influenciaram a opinião dos brasileiros sobre o seu próprio país, ao menos colocaram em dúvida a viabilidade do Brasil no cenário internacional.⁵ Mesmo após a implantação do Regime Republicano – quando algumas vozes já se levantavam na luta contra as teorias deterministas – muitos cientistas estrangeiros, ou mesmo parte da elite política e intelectual brasileira, continuavam propagando a teoria degeneracionista do clima tropical e dos malefícios causados pela miscigenação racial.⁶

No início do século XX, o Brasil era visto como uma nação ainda em formação, composta por uma grande população negra e miscigenada, muitos, inclusive, recém-saídos do sistema escravista.⁷ Totalmente desamparados pelo Estado, cujo sistema governamental era amplamente dominado pelos interesses das oligarquias regionais, esses grupos sociais, juntamente com a população indígena e sertaneja que habitava o interior do Brasil, não eram reconhecidos como cidadãos ou como parte integrante da nação.⁸ Para aumentar o dilema, de norte a sul do Brasil um grande número de doenças, principalmente às endemias rurais, flagelava a população, contribuindo sobremaneira para a definição de um quadro acentuadamente pessimista. Do mesmo modo, a expansão da imigração, o crescimento dos centros urbanos e a industrialização, em especial nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, colaboravam para aumentar os problemas sanitários e o temor de novas epidemias, como a febre amarela, a peste bubônica, a tuberculose e a varíola.⁹

Devido a esses e outros problemas sociais e políticos, o Brasil continuava a ser interpretado como uma nação incivilizada e em franco estado de degeneração. Para muitos intelectuais brasileiros desse período, clima e raça eram

acionados não apenas para explicar os dilemas raciais e os problemas sanitários, mas também para compreender a incapacidade do Brasil em organizar-se como uma nação moderna. A própria condição de ser brasileiro, de acordo com Renato Ortiz, era interpretada em termos deterministas, tendo em vista que clima e raça transformavam-se em mecanismos capazes de elucidar tanto a “natureza indolente do brasileiro” e “as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual”, quanto para explicar “o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato”.¹⁰

Esses discursos, no entanto, não se apresentavam de maneira homogênea, manifestando-se muitas vezes de forma bastante ambígua e imprecisa. De acordo com Lília Schwarcz, a situação dos intelectuais brasileiros era incômoda, tendo que oscilarem sempre “entre a adoção dos modelos deterministas e a reflexão sobre suas implicações; entre a exaltação de uma ‘modernidade nacional’ e a verificação de que o país, como tal era inviável”.¹¹ Deste modo, acabavam por fazer um uso inusitado das teorias deterministas, assimilando a existência das diferenças e hierarquias raciais e, ao mesmo tempo, adaptando-as com o objetivo de criarem um caminho viável a uma nação mestiça nos trópicos.

Apesar das divergências e incertezas quanto ao futuro da nação, alguns intelectuais brasileiros procuravam construir um pensamento independente, denunciando as idéias deterministas que condenavam o Brasil ao eterno fracasso. A partir dos anos 1910, com a emergência de um espírito nacionalista que brotava entre um grupo de importantes intelectuais e cientistas, como Manoel Bonfim e Alberto Torres, as teorias raciais e climáticas foram aos poucos sendo substituídas por explicações de caráter histórico e sociológico sobre a realidade nacional e as condições de vida da população.¹²

O desejo de retirar o Brasil do tão propalado atraso civilizacional contribuiu para que os intelectuais locais desenvolvessem um intenso debate sobre as condições raciais e de saúde da população, o que possibilitou formular algumas das mais originais e bem estabelecidas idéias sobre o Brasil e a identidade nacional. Nesse período, segundo Sérgio Carrara, “os cientistas brasileiros tentavam tornar possível, ou pelo menos concebível, o reposicionamento de seu país e deles próprios no então chamado ‘concerto das nações’”.¹³ No entanto, fazia-se necessário não apenas repensar a imagem do Brasil e da condição de ser brasileiro, mas, antes, encontrar soluções viáveis que efetivamente pudessem regenerar e civilizar o país como um todo, colocando-o no trilho do progresso e da modernidade.

Em sintonia com este novo “retrato do Brasil” que começava a ser desenhado, os intelectuais ligados ao movimento sanitarista tornar-se-iam personagens centrais. Ao descreverem as condições de vida e o cotidiano do homem do sertão, os sanitaristas revelariam as mazelas responsáveis pelos problemas étnicos, sociais e econômicos do país.¹⁴ As expedições científicas realizadas por pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz a diferentes regiões do interior do Brasil, apresentaram uma nação cujos problemas não se definiam simplesmente pelas questões relacionadas ao clima ou a raça, mas antes ao abandono, ao isolamento e às inúmeras doenças.¹⁵

O discurso das elites brasileiras sobre o habitante do sertão, visto até então como um “tipo inferior” e “inapto” para desenvolver a civilização, passava agora, como ressalta a historiadora Tânia Regina de Luca, “a condição de vítima, injustamente caluniado e criminosamente abandonado à própria sorte, sem saúde, justiça ou educação”.¹⁶ Assim, o novo Brasil descoberto pelo movimento sanitarista “teve um papel central e prolongado na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como o elemento distintivo da condição de ser brasileiro”.¹⁷ De maneira semelhante, o avanço das pesquisas bacteriológicas e os estudos sobre a patologia das moléstias tropicais contribuiriam também para reforçar a percepção dos intelectuais e das autoridades públicas quanto às possibilidades que o conhecimento científico apresentava para regenerar a população nacional. Se, até então, a mestiçagem e o clima eram vistos como as principais causas da degeneração racial, a ciência demonstrava, agora, que o atraso do país estaria relacionado às doenças e a falta de saneamento. De uma interpretação determinista sobre os problemas sociais, a ciência abriria caminho para uma interpretação médico-sanitarista.¹⁸

Neste contexto em que a confiança profética no poder dos “homens de ciência” se afirmava, os eugenistas encontraram um solo fértil para propagarem suas idéias e se estabelecerem no campo científico brasileiro, assumindo um importante lugar no discurso regenerador da nação. Disposta a promover a higiene e o saneamento “como panacéia universal”, a intelligentsia brasileira se viu encantada pela eugenia ao visualizar

em seus enunciados “um tipo de extensão e modernização científica do trabalho de figuras heróicas como Oswaldo Cruz e Carlos Chagas”.¹⁹ Por outro lado, a eugenia garantia um espaço de autoridade, sobretudo aos intelectuais ligados a medicina social, onde pudessem dar continuidade à implementação de políticas de saúde públicas. No discurso médico brasileiro desse período, a medicina social era assimilada como uma prática eugênica importante no processo de regeneração da nacionalidade, na medida em que havia a compreensão de que o cuidado com a saúde pública se converteria num benefício certo ao futuro racial da nação. Em outras palavras, como ficará mais claro ao longo deste artigo, o saneamento, a higiene, o cuidado materno e infantil e a medicina social em geral compunham, entre os médicos e outros intelectuais brasileiros, o próprio ideário eugênico a ser seguido.

Acalentados pelos ideais que o discurso eugenista proporcionava, os intelectuais e cientistas dos mais diversos matizes desejavam ver as idéias eugênicas amplamente divulgadas entre o público brasileiro. As teses acadêmicas, livros, artigos de jornais e revistas não seriam, contudo, suficientes para vulgarizar essas concepções. Fazia-se necessário construir uma rede bem estabelecida e institucionalizada, capaz de mobilizar interesses e angariar a legitimidade social e política. A partir do final dos anos 1910, portanto, foi nessa direção que eugenistas, médicos, higienistas, educadores, juristas e outros intelectuais brasileiros procuraram se organizar no interior do campo eugênico.

A organização e institucionalização do movimento eugênico brasileiro

Os primeiros trabalhos sobre eugenia foram publicados no Brasil ainda no início da década de 1910, através de pequenos artigos de Erasmo Braga, João Ribeiro e Horácio de Carvalho. Em seu artigo, o filólogo João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, empregou pela primeira vez no Brasil a palavra “eugenia”, em vez de “eugênica”, como pretendiam alguns gramáticos brasileiros.²⁰ Por outro lado, o artigo de Horácio de Carvalho, publicado em 1912 no jornal *O Estado de São Paulo*, trazia para o público nacional considerações gerais sobre a organização e as idéias do movimento eugênico na Inglaterra.²¹

Em 1913, na cidade de Salvador, na Bahia, o médico Alfredo Ferreira de Magalhães, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e Diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, proferiu a primeira conferência sobre eugenia até então realizada no Brasil. Intitulada de *Pró Eugenismo*, o trabalho chamava a atenção da platéia, em sua maioria formada por jovens estudantes de medicina, quanto à importância eugênica da educação familiar. Em sua opinião, a educação moral seria um meio eficiente de impedir a propagação de diversos “vícios e males sociais”, como o alcoolismo, a prostituição e as doenças venéreas, responsáveis pela degeneração física e moral da raça.²²

Apesar de as idéias eugênicas ainda não terem atingido um público mais amplo, em 1914 surgiria a primeira tese acadêmica diretamente relacionada à “ciência de Galton”. Sob a orientação do professor Miguel Couto, conhecido na época como um dos principais médicos brasileiros, Alexandre Tepedinho defendeu, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a tese intitulada *Eugenia*. Além de apresentar um panorama amplo sobre o significado da eugenia para o futuro da raça, a preocupação do jovem médico consistiu também em demonstrar a relação entre o direito e a formulação das leis eugênicas. Em suas palavras: “É crime contra a civilização, o descuido da geração de amanhã! Os governos têm moralmente a obrigação de zelar pelo futuro da raça, pela qualidade dos homens, pela saúde da população. O legislador de hoje não pode ignorar os fenômenos biológicos da hereditariedade. E a eugenia é a religião nova que dirige os destinos da raça humana, de modo a torná-la mais bela, mais moralizada, mais inteligente.”²³

Dois anos depois, o eugenista inglês Charles W. Arminstrong, já residindo no Brasil há alguns anos, publicou um opúsculo de 30 páginas intitulado *Melharemos a nossa raça*, em que procurava apresentar “uma breve exposição dos preceitos da nova ciência eugênica e um apelo para a sua imediata aplicação no Brasil”.²⁴ Associando a eugenia aos estudos de Charles Darwin sobre a seleção natural e as idéias de Gregor Mendel sobre a hereditariedade, Arminstrong

compreendia que a eugenia deveria estender a seleção natural também à “seleção do homem”, com o intuito de cuidar de sua “própria regeneração, do seu próprio progresso”. Para esse eugenista, a função da eugenia seria, portanto, apressar a lenta seleção natural:

O mesmo trabalho feito pela Natureza ao correr de milhares de anos, pela seleção natural, nos reinos animal e vegetal, o Homem tem-no conseguido em meio século, pela Seleção Artificial. A eugênica propõe-se aproveitar deste fato, tão cheio de significação e de novas esperanças, para os fins do progresso humano, para o melhoramento da nossa própria raça, para apressar os processos infinitamente vagarosos da Evolução! A eugênica define-se como a ciência que trata das influências que possam melhorar as qualidades natas de uma raça, ou que as possam desenvolver com maior vantagem. Trata efetivamente da aplicação prática das leis de hereditariedade ao rápido melhoramento da Raça Humana.²⁵

Em sua concepção, devido ao grande número de “moléstias hereditárias” e por ser o Brasil umas das nações “mais mestiçadas que existem”, o estudo e a aplicação da eugenia deveria ser tomada como uma das questões mais urgentes que o estado deveria assumir. Além de sugerir o estabelecimento de uma “Repartição Federal Eugênica”, Arminstrong indicou ao público brasileiro as dez medidas que ele considerava fundamentais para a implantação da eugenia em território nacional. Entre estas, sugeria a propaganda eugênica, “afim de que os povos se convençam da grande vantagem que há em seguir os seus preceitos”; a fundação de sociedades locais; a criação de um ministério “encarregado da classificação eugênica do povo”; um amplo controle matrimonial, especialmente entre “os indivíduos das classes mais baixas”; a segregação de “loucos”, “idiotas” e portadores de “males hereditários”; a fundação de “Colônias Eugênicas” que, de acordo com sua concepção, se constituiria como a medida mais eficaz para “aprimorar a população”.²⁶ Para que a eugenia pudesse se tornar uma realidade, e o Brasil uma nação forte, concluía o eugenista inglês, “convém pois a propaganda, e nesta tomará parte todo o brasileiro que desejar ver o Brasil, mais tarde, uma potência mundial e não uma nação vencida, - nação de escravos”.²⁷

150

Outros trabalhos sobre eugenia seriam ainda publicados em meados da década de 1910, como o livro *Do conceito eugênico do habitat brasileiro*, escrito pelo médico João Henrique, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Resaltando a importância da eugenia para o futuro da nacionalidade, esse eugenista lamentava que, no Brasil, pouco se tenha feito pela eugenia, com exceção da cadeira de Patologia Geral, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde o professor Pinheiro Guimarães já vinha ministrando aulas relacionadas com a defesa eugênica e higiênica da raça.²⁸

Contudo a hora e a vez da eugenia no Brasil chegaria somente no final da década de 1910, quando o eugenista Renato Kehl iniciaria uma grande campanha de divulgação da eugenia no meio intelectual brasileiro. Seu primeiro trabalho foi apresentado numa conferência realizada na cidade de São Paulo, em 1917, a convite de dois empresários norte-americanos que dirigiam a Associação Cristã de Moços. Intitulada “Eugenia”, a conferência recebeu uma publicação na íntegra pelas páginas do *Jornal do Comércio*, o que possibilitou maior repercussão no meio intelectual paulista.²⁹ Renato Kehl procurou destacar nessa conferência os principais fundamentos da eugenia, em especial o estudo da hereditariedade, a educação eugênica, a “seleção conjugal”, o “direito relativo à eugenia”, a higiene e o saneamento. Comentando sobre a importância da eugenia para o “aperfeiçoamento da raça humana”, o jovem eugenista argumentava em favor da “seleção conjugal efetuada com critério, regra e inteligência”, lembrando a necessidade de “educar o povo e criar leis restritivas, que impeçam os casamentos entre inaptos, para boa geração”.³⁰ Kehl encerraria sua conferência fazendo um apelo à imprensa, às autoridades políticas, aos intelectuais e cientistas para que trabalhassem em prol da eugenia e da “melhoria progressiva da nacionalidade brasileira”.

Essa conferência, conforme o próprio Renato Kehl declarava anos depois, o arrastou à idéia de fundar uma associação eugênica na qual fossem congregados médicos, advogados, jornalistas e “outros interessados no estudo e difusão das questões biológicas e sociais em benefício da nacionalidade”.³¹ Meses depois, no dia 15 de janeiro de 1918, após uma insistente campanha realizada junto à intelectualidade e a imprensa paulista, mais de uma centena de médicos e autoridades locais se encontraram para a sessão inaugural que fundaria a Sociedade Eugênica de São Paulo, a primeira sociedade de eugenia da América Latina.³²

Contando, com mais de 140 membros, em sua maioria médicos da capital paulista, a Sociedade Eugênica teve como Presidente o médico Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo, cujo nome parece ter contribuído fundamentalmente para angariar o interesse da elite médica e da imprensa em torno dessa instituição. O cargo de Secretário Geral foi ocupado pelo próprio Renato Kehl, enquanto, para a vice-presidência, foram eleitos os nomes dos médicos Olegário de Moura, Bernardo de Magalhães e Luis Perreira Barreto.³³ Os membros dessa instituição a proclamavam como uma “organização científica” de estudos e aplicação da eugenia no Brasil, tendo como finalidade as “questões da hereditariedade, descendência e evolução para a conservação e aperfeiçoamento da espécie humana”. Os estatutos da Sociedade definiam como seus fins o estudo da legislação, dos costumes e das influências do meio sobre as “aptidões físicas, morais e intelectuais das gerações futuras”; divulgação da eugenia entre o público; estudo da regulamentação matrimonial e da campanha pela obrigatoriedade do exame pré-nupcial.³⁴

De outro lado, alguns intelectuais cariocas também aderiram aos ideais dessa organização, tornando-se membros e participando das discussões relacionadas à eugenia, saneamento e higiene. Belisário Penna, já reconhecido por sua campanha nacionalista em defesa do saneamento, foi nomeado, ao lado de Amâncio de Carvalho e Agostinho de Souza Lima, presidentes honorários da Sociedade Eugênica de São Paulo. Souza Lima, assim como o próprio Belisário Penna, viriam a ter uma participação efetiva na divulgação da eugenia na sociedade carioca, principalmente através de artigos publicados em jornais e revistas, mas também através de suas obras e de suas atuações como autoridades no seio da elite carioca.³⁵ Afrânio Peixoto, Juliano Moreira e Antonio Austregésilo, cujos trabalhos estavam ligados aos estudos de psiquiatria e de medicina legal em prestigiadas instituições da cidade do Rio de Janeiro, já vinham manifestando interesse nos estudos sobre higiene mental e eugenia, tornando-se também importantes personalidades cariocas a se transformarem em membros da Sociedade Eugênica de São Paulo.

Além desses intelectuais, figuras como Arthur Neiva, destacado por seus trabalhos científicos desenvolvidos no Instituto Oswaldo Cruz, também aparece relacionado entre os membros. Neiva, assim como Rubião Meira e Franco da Rocha, receberam a indicação para compor a Comissão Consultiva da Sociedade. Outro integrante foi o médico e escritor Luis Pereira Barreto, um dos principais representantes da ciência paulista, o qual, em correspondência endereçada a seu amigo Arnaldo Vieira de Carvalho, enfatizou seus esforços “há trinta anos, por aperfeiçoar as raças de animais por meio da seleção”, não podendo “senão correr pressuroso a bater palmas para saudar esse nobre movimento científico em prol do aperfeiçoamento da nossa raça”.³⁶ Entre os membros dessa instituição encontravam-se, ainda, o nome do senador da República, Alfredo Ellis; o médico Vital Brazil, cientista e diretor do Instituto Butantã de São Paulo; o jovem advogado e professor Fernando de Azevedo; o médico Olegário de Moura, que teve uma atuação importante na organização de diversas conferências sobre eugenia e saneamento ao longo dos anos de 1918 e 1919.

151

Vale destacar que no final dos anos 1910, devido à apreensão social causada pelas grandes epidemias e pelas péssimas condições sanitárias, o governo do estado de São Paulo passou a investir na implantação de serviços higiênicos e sanitários. Sob o comando do cientista Artur Neiva – nomeado a partir de 1917 para dirigir os serviços sanitários do estado –, as políticas de saúde pública entraram numa “era” de grandes reformas.³⁷ Como bem destacou Vera Regina Beltrão Marques, em seu trabalho sobre o discurso eugênico em São Paulo, as concepções científicas oriundas do campo médico, bem como as reformas propostas pelos sanitaristas, passaram, a partir do início do século XX, a ser apropriadas como um mecanismo político que poderia estabelecer ordem ao mundo de caos imposto pelas péssimas condições higiênicas e pelas inúmeras doenças que ameaçavam a sociedade como um todo.³⁸ De maneira geral, a medicina, a higiene e a eugenia passavam a ser apropriadas como um conjunto de ferramentas civilizadoras e salvacionistas, como práticas científicas essenciais no processo de reforma social e de construção de uma nova nacionalidade.

Neste sentido, é preciso destacar também que a Sociedade Eugênica de São Paulo nasceu juntamente com um amplo movimento nacionalista que vinha se formando no Brasil ao longo dos anos 1910. Nesse período, devido à degradante realidade social constituída pelos acontecimentos da Primeira Guerra Mundial, grande parte da elite intelectual brasileira passou a direcionar seu olhar para dentro do seu próprio país, já que o modelo de sociedade civilizada representada pela Europa desmoralizava-se em meio à barbárie. As fortes tonalidades nacionalistas desse período

enfativavam a necessidade de construção de um “olhar” capaz de visualizar o país de modo distinto do Velho Mundo. Calçados numa “força nativa”, os intelectuais visavam reconfigurar a consciência nacional como meio de “redescobrir” as especificidades que formavam a nação brasileira”.³⁹

Para a historiadora Nancy Stepan, em muitos países da América Latina, especialmente no Brasil, o desenvolvimento da eugenia coincidiu, no período que se seguiu à Primeira Guerra Mundial, “com uma reavaliação do possível papel da região na economia mundial, e com uma busca por identidades nacionais que se baseassem nas realidades da região”.⁴⁰ Considerando que a nação e a própria compreensão sobre a nacionalidade eram vistas como um projeto ainda por ser construído, a ciência eugênica se oferecia como um instrumento para motivar a construção de uma população mais saudável, forte e homogênea, animando os desejos das autoridades nacionalistas. Em conferência realizada em 1918, logo após a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo, o médico e eugenista Rubião Meira enfatizava entusiasticamente em defesa da nacionalidade:

*O máximo objetivo, senhores, que nos reúne sob o teto auspicioso desta agremiação, que hoje lança o seu primeiro brado do comando e inicia a arregimentação de suas forças, é o aperfeiçoamento de nossa raça, a cultura física aprimorada de nossa gente, o levantamento de nossas energias futuras, a constituição de um povo forte e valentemente argamassado na sua organização plástica, de um povo sadio, esbelto, sacudido, liberto de sobrecargas hereditárias, imune de taras malsãs [...]. Foi preciso que no velho continente, essa malfadada guerra, que é vergonha do século da civilização e da luz, inundasse de torpezas, de barbárie e de crueldades, e ensangüentasse de lodo as terras, com o opróbrio de vilanias nunca vistas, para que nós nos convencêssemos da necessidade de nos congregarmos todos em torno desse ideal sublime, que é a nacionalização do nosso povo [...], fortalecendo e elevando o vigor de nossa raça.*⁴¹

Do mesmo modo, o médico Olegário de Moura entendia que o cuidado com a raça nacional é a tarefa maior a que os brasileiros, sobretudo os governantes e os homens letrados, precisariam ater-se, destacando que o verdadeiro nacionalismo deveria consistir na eugeniação do Brasil. Em sua concepção, a eugenia devia ser compreendida como sendo o “estudo de um assunto que vai ser, estou certo, o grande e poderoso eixo em torno do qual tem que se mover, não há negar, o palpitante problema nacional brasileiro”.⁴²

Associando-se a esses ideais nacionalistas, os eugenistas proclamavam a eugenia, e a si próprios, como os portadores do discurso capaz de “elevar o vigor da raça”, de integrar o Brasil e conduzi-lo rumo ao progresso e à civilização. Imbuída desses desejos, a Sociedade Eugênica de São Paulo realizou várias reuniões no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia com o objetivo de discutir assuntos que, segundo esses eugenistas, seriam de interesse nacional. Além dessas reuniões, muitos trabalhos foram publicados através da imprensa, principalmente nos jornais paulistas, na *Revista Brasil-Médico* e na *Revista do Brasil*.

Em 1919, a Sociedade reuniu seus trabalhos num volume denominado *Annaes de Eugenia*, organizada por Renato Kehl e publicada pela editora da *Revista do Brasil*, de propriedade de Monteiro Lobato. Nessa obra constam mais de uma dezena de artigos, muitos deles reproduzidos na imprensa paulista, além de pronunciamentos e conferências realizadas pelos membros da Sociedade em várias instituições, escolas e associações. Como é possível perceber através dos anais, a eugenia foi recebida pelos membros da sociedade como a “nova ciência” médica que, juntamente com a higiene e o saneamento, contribuiria para fortalecer o vigor físico, intelectual e moral da população brasileira.

As discussões e as idéias divulgadas pelos eugenistas da Sociedade Eugênica consistiam numa grande variedade de assuntos: saneamento, higiene, educação física, hereditariedade, raça, imigração, discussões sobre os males causados por doenças e “vícios sociais”, controle matrimonial e o exame médico pré-nupcial. No entanto o que mais mobilizou seus membros associados, sendo inclusive acompanhados com curiosidade pela imprensa paulista, foram os debates sobre matrimônio e consangüinidade. Para os eugenistas, tendo em vista a maior possibilidade de transmissão de doenças hereditárias, mas também devido aos valores morais que acionava, a consangüinidade era considerada como inconcebível à luz das orientações eugênicas. Em 1919, após amplo debate entre os membros da Sociedade, a

entidade aprovou moção, que foi enviada ao Congresso Federal, condenando a reforma do artigo 183-IV do código civil brasileiro que pretendia eliminar a proibição, então vigente, do casamento consanguíneo.⁴³

Logo no início dos anos 1920, mesmo após o entusiasmo criado entre médicos, educadores, jornalistas e autoridades políticas, a Sociedade Eugênica deixou oficialmente de existir. Dois acontecimentos envolvendo os fundadores da Sociedade teriam desmobilizado seus associados. O primeiro diz respeito a mudança de Renato Kehl para o Rio de Janeiro, ainda em 1919, quando ingressou no Serviço Sanitário da Capital Federal e, no ano seguinte, no Serviço de Educação Higiênica e Sanitária, criado após a fundação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP);⁴⁴ o segundo foi a morte do médico Arnaldo Vieira de Carvalho, ocorrida em 1920. Em correspondência enviada a Renato Kehl, em outubro de 1919, Fernando de Azevedo lamentava a ausência de seu amigo na cidade de São Paulo, argumentando que “depois que daqui saíste, fez-se silêncio sobre a Sociedade Eugênica! Nada de conferências, nada de reuniões!”.⁴⁵

No entanto, apesar da Sociedade ter encerrado suas atividades dois anos após a sua fundação, ao longo dos anos 1920 as discussões sobre eugenia ainda encontraram espaços de debates em São Paulo, como é possível perceber através da *Revista do Brasil* que, editada na capital paulista, continuou publicando artigos, resenhas e comentários relacionados à eugenia e aos ideais de regeneração racial. As teses acadêmicas defendidas pela Faculdade de Medicina de São Paulo também continuaram aparecendo nesse período, principalmente através da vinculação da eugenia com a educação, imigração e higiene.⁴⁶ Durante os anos 1920, os eugenistas e as autoridades públicas do estado de São Paulo realizaram ainda dois concursos de eugenia para escolher o “bebê eugênico” que melhor representasse a “estirpe paulista”, eventos bastante divulgados pela imprensa.⁴⁷

Como já comentamos, apesar de não existir na capital federal um movimento eugênico organizado, intelectuais como Belisário Penna, Afrânio Peixoto, Souza Lima, Juliano Moreira, Antonio Austregésilo, entre outros, já cultivavam uma grande admiração pelas idéias eugênicas. O próprio movimento sanitário, institucionalmente representado pela Liga Pró-Saneamento do Brasil e pelos Congressos de Higiene realizados anualmente em todo Brasil, assim como nas discussões relacionadas à higiene mental e medicina legal, vinham também incorporando as idéias eugênicas em seus discursos em defesa da saúde pública e da profilaxia da “raça nacional”. Esse contexto possibilitaria, portanto, que Renato Kehl viesse encontrar, também no Rio de Janeiro, um terreno fértil para continuar sua propaganda pela eugenia, sobretudo através da publicação de seus livros e da imprensa, que, a cada dia mais, observava com interesse e simpatia os propósitos desta “nova ciência”.

A partir de 1923, com a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental, organizada por iniciativa do médico e psiquiatra Gustavo Riedel, as discussões sobre eugenia encontrariam novamente abrigo institucional. Renato Kehl, que até então não havia conseguido organizar uma sociedade eugênica no Rio de Janeiro, saldou irradiante a fundação dessa organização, tornando-se membro efetivo e participando ativamente das discussões junto aos médicos-psiquiatras da Capital Federal.

Subvencionada por recursos públicos municipais e federais, ainda que não regulares, a Liga se consolidou entre a classe médica carioca, reunindo mais de 120 membros, entre eles figuras intelectuais destacadas no cenário nacional, como Miguel Couto, Fernando Magalhães, Carlos Chagas, Henrique Roxo, Antonio Austregésilo, Afrânio Peixoto, Edgar Roquette-Pinto, Ernani Lopes, Julio Porto-Carrero, entre outros.⁴⁸ Os objetivos da Liga consistiam em ampliar o debate nacional sobre assuntos relacionados à higiene mental e eugenia, como o saneamento e a higiene, controle da imigração, combate ao alcoolismo e às doenças venéreas – que, segundo os psiquiatras, eram os principais responsáveis por uma série de “perturbações mentais” –, controle matrimonial, estudos sobre a esterilização dos “grandes degenerados” e criminosos, entre outras medidas que visavam produzir uma “sociedade normalizada”.⁴⁹ De maneira geral, os fins para os quais a Liga fora criada se adequavam perfeitamente aos desejos dos eugenistas brasileiros, principalmente o de transformar o discurso eugênico no porta-voz da regeneração nacional.

No final da década de 1920, a Liga Brasileira de Higiene Mental intensificou sua ênfase nos estudos eugênicos sobre higiene mental, sobretudo a partir de 1929, quando o psiquiatra e eugenista Ernani Lopes assumiu a presidência da organização. Liderando uma nova geração de médicos-psiquiatras, Ernani Lopes objetivava ampliar o campo de in-

tervenção da Liga no meio social, com ênfase no controle da higiene mental de crianças em fase escolar, de operários e pacientes internados em hospitais, asilos, hospícios e prisões. Nesse período, como forma de consolidar a relação entre a higiene mental e a eugenia, e ao mesmo tempo criar um novo campo científico, os psiquiatras cunharam um novo termo, a “eufrenia”, significando o “aprimoramento mental da raça”.⁵⁰

A eugenia ainda encontraria abrigo durante os anos 1920 através dos médicos e cientistas ligados à medicina legal. Escritores como Souza Lima, Afrânio Peixoto e Leonídio Ribeiro tinham grandes interesse em criar uma interface profícua entre a antropologia física, a medicina legal, a biometria e os temas eugênicos, reproduzindo-os inclusive em seus trabalhos científicos e nos métodos de identificação criminal.⁵¹ De maneira geral, a medicina legal poderia ser caracterizada como uma terceira variante da eugenia no Brasil, tendo em vista que “os problemas de crime e responsabilidade ficaram intimamente ligados, na mente dos médicos, às questões racial e eugênica”.⁵²

No entanto, apesar das concepções eugênicas terem conquistado o interesse de vários setores da elite intelectual brasileira – como os médicos ligados à psiquiatria e à medicina legal –, foi juntamente com os médicos-sanitaristas que o movimento eugênico iria preferencialmente se associar. Essa ligação formava o que poderíamos denominar de a primeira e a mais forte variante ideológica do movimento eugênico brasileiro desse período.

Eugenia, higiene e neolamarckismo

No início do século XX, o Brasil era definido por muitos como um “país doente”, “um imenso hospital” como definia o médico Miguel Pereira. Pelo menos para um grupo de intelectuais brasileiros ligados ao pensamento médico-sanitarista, a solução destes problemas dependeria acima de tudo de amplas reformas sociais, morais e sanitárias, capazes de restabelecer a saúde e o vigor da nacionalidade. Quando as idéias eugênicas foram apresentadas no Brasil durante os anos 1910, acreditava-se que suas propostas regeneradoras poderiam contribuir para melhorar as condições físicas, mentais e hereditárias da população, higienizando e saneando o país como um todo.

154

Os primeiros passos do movimento eugênico brasileiro emergiram, portanto, em estreita consonância com as idéias e práticas divulgadas pelos médicos-sanitaristas. As campanhas pelo saneamento iniciadas na Capital Federal pelos cientistas de Manguinhos e, posteriormente, através da Liga Pró-Saneamento, fundada por Belisário Penna, em 1918, abriram espaços para que as idéias eugênicas fossem inseridas no contexto intelectual brasileiro.⁵³ No entanto, mais do que possibilitar a introdução do pensamento eugênico, os sanitaristas se entusiasmaram com as novas idéias e com o símbolo de modernidade que a eugenia trazia em seus pressupostos.

A associação entre essas duas formas de saber foi tão intensa que os primeiros trabalhos sobre eugenia se confundiram com o próprio ideário ambientalista, sobretudo aquele elaborado por médicos, sanitaristas e higienistas. Além dos trabalhos publicados em 1919 pela Sociedade Eugênica de São Paulo, vários outros livros sobre eugenia e saneamento foram publicados nesse período a partir de uma mesma linguagem, parecendo derivar de um mesmo conhecimento científico. O próprio livro de Belisário Penna, *O exército e o saneamento*, publicado em 1920, apresentava as idéias eugênicas como pertencentes ao mesmo campo científico do qual a higiene e o saneamento faziam parte. Segundo a análise da historiadora Nancy Stepan, o deteriorado estado de saneamento do Brasil era apresentado por Belisário Penna como um problema que exigia uma solução eugênica, já que poderia degenerar hereditariamente a população nacional.⁵⁴

Para o médico e eugenista Olegário de Moura, vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, saneamento e eugenia deveriam ser compreendidos como sendo a mesma coisa, “sanear é eugenizar”, frisava o autor. Moura argumentava que independentemente do nome ser eugenia ou saneamento, “ao Brasil o que interessa é que a questão caminhe, é que a questão se apresente a todos, é que a questão se vá derramando sobre a coletividade brasileira e se vá infiltrando na consciência nacional”.⁵⁵ Estrutural e cientificamente, portanto, como destacou Nancy Stepan, “a eugenia brasileira era congruente, em termos gerais, com as ciências sanitárias, e alguns simplesmente a interpretavam como um novo ramo da higiene”.⁵⁶

Essa união entre a eugenia e as idéias sanitaristas, quando não a sua inconfundível associação, foi possibilitada pela influência que os estudos neolamarckistas e sua convicção na transmissão dos caracteres adquiridos exerceram sobre a intelectualidade brasileira, principalmente entre a classe médica.⁵⁷ A proximidade do Brasil com a tradição cultural, religiosa e intelectual francesa possibilitou que os eugenistas se identificassem inicialmente com o movimento eugênico francês, amplamente influenciado pelas concepções ambientalistas de origem neolamarckista.⁵⁸ A própria Sociedade Eugênica de São Paulo, como destacou Renato Kehl, teria sido organizada nos mesmos moldes da congênere francesa, utilizando-se inclusive de estatutos similares.⁵⁹ De maneira geral, como o francês era a língua estrangeira mais lida no Brasil, as obras de higienistas, médicos, biólogos, antropólogos e eugenistas, como Auguste Forel, Paul Broca, Gustave Le Bon, George V. de Lapouge e Eugène Apert, para citar apenas alguns, circulavam freqüentemente entre os intelectuais brasileiros, sendo citados como algumas das principais autoridades científicas, tanto no pensamento médico quanto social. A recepção dessa tradição francesa, contudo, era matizada sempre pela realidade social e política brasileira, especialmente devido às especificidades raciais e às condições ambientais e de saúde da população local. Como destaca Nancy Stepan, embora a eugenia brasileira estivesse em consonância com a tradição francesa neolamarckista, “estrutural e socialmente [...] as origens do movimento eugênico tinham menos relação com os eventos europeus que com assuntos brasileiros”.⁶⁰

De modo semelhante, os eugenistas valeram-se também da tradição ambientalista neo-hipocrática, que desde o século XIX contagiava o pensamento social e científico nacional. No ponto de vista de Marcos Chor Maio, o ideário sanitarista da Primeira República manteve estreitas afinidades com o pensamento médico ambientalista do século XIX, sobretudo no que diz respeito a uma perspectiva neo-hipocrática e a-racialista.⁶¹ Além disso, as próprias preocupações com os problemas sanitários e sociais eram os fatores com os quais os médicos, higienistas e eugenistas mais se interessavam durante os anos 1910 e 1920. Deste modo, acreditavam que combater os “ambientes disgênicos”, propagar os hábitos de higiene e empregar a profilaxia sanitária seriam os modos mais rápidos e eficientes para regenerar a população nacional.

Essa especificidade da eugenia brasileira pode ser confirmada através da impressão que o eugenista britânico K. E. Trounson teve ao ler, em 1931, alguns artigos de eugenistas brasileiros. Conforme comentou na *Revista Eugenics Review*, editada pela *Eugenics Society de Londres*, os eugenistas brasileiros interpretavam a “eugenia” de maneira menos restritiva: conflitos familiares, educação sexual e exames e atestados pré-nupciais parecem ser os assuntos que mais interessam aos eugenistas brasileiros, enquanto a genética e a seleção natural e social são bastante negligenciadas. A abordagem é mais sociológica que biológica.⁶²

No entanto, como ressaltou Nancy Stepan, do ponto de vista dos eugenistas brasileiros, Trounson deixaria de perceber a lógica que permeava os pressupostos eugênicos nacionais. Em vez dos modelos deterministas que privilegiavam as reformas biológicas de caráter seletivo e segregacionista, como acontecia na Inglaterra através dos modelos de eugenia weismaniana e mendeliana, os eugenistas brasileiros preferiram uma eugenia mais “suave”, ao estilo da “eugenia preventiva”, que entrasse em consonância com as propostas ambientalistas e possibilitassem reformar social e moralmente a sociedade.⁶³

De maneira geral, o movimento eugênico brasileiro entendia que o ponto de partida de seus estudos deveria iniciar com as reformas sociais mais amplas, combatendo os “vícios sociais”, as doenças consideradas hereditárias, higienizando e saneando. O pensamento neolamarckista permitia, portanto, que os eugenistas investissem sobre a vida social de maneira efetiva, propondo políticas públicas de caráter intervencionista e estabelecendo uma “ordem social e moral” em nome da “ciência da hereditariedade”. Além das reformas higiênicas e sanitárias, os eugenistas propunham, ainda, várias discussões sobre a legislação matrimonial, exame médico pré-nupcial, educação sexual e controle da natalidade, tendo como objetivo tanto o aperfeiçoamento social quanto biológico das futuras gerações. Neste sentido, a eugenia se constituía também como um importante mecanismo civilizador, capaz de reeducar os hábitos sociais e os comportamentos morais, investindo, por exemplo, sobre as regras de higiene individual e familiar, a educação sexual, a regulamentação sobre o uso do álcool e do tabaco, além do controle da prostituição e da criminalidade.

Nas palavras da historiadora Nancy Stepan, essa tradição neolamarckista aparecia freqüentemente “matizada de expectativas otimistas de que reformas do ambiente social resultassem em melhoramento permanente”, tendo em vista que seus pressupostos permitiam pensar na transmissão genética de caracteres adquiridos ao longo da vida.⁶⁴ A maioria desses eugenistas, portanto, não fazia distinção entre hereditariedade e meio ambiente, o que os autorizava a ligar diretamente o ambiente sanitário à saúde racial. Ideológica e cientificamente, portanto, o discurso ambientalista da eugenia reforçava antigas reivindicações de médicos, sanitaristas, higienistas e educadores sociais.

As idéias neolamarckistas eram tão presentes no ideário médico e eugenista que alguns, como o eugenista João Henrique, chegavam a considerar o meio como “a pedra angular de toda biologia”.⁶⁵ Em sua obra, intitulada *Do conceito eugênico do habitat brasileiro*, esse eugenista enfatizava que o meio diferenciaria os indivíduos formando a “sua compleição física, o gênio e o caráter dos povos”. As vicissitudes do meio, independentemente da “estrutura plasmática”, criaria uma “raça nova”, tendo em vista que “o caldo de cultura” ajuntar-se-ia ao “soro sangüíneo” dos indivíduos.⁶⁶ O autor ressaltava, ainda, que as péssimas condições do “habitat brasileiro” e as inúmeras doenças que inferiorizavam a “condição biológica” do homem nacional seriam os principais entraves para a “eugeniação da nossa raça”.⁶⁷

Implicitamente, esse modelo de conhecimento científico admitia pensar a associação direta entre a eugenia e o lema central da República positivista brasileira: “ordem e progresso”. O médico e eugenista Olegário de Moura, por exemplo, dizia-se otimista com o futuro do Brasil, lembrando que os problemas nacionais “são de natureza, em absoluto removíveis”. Os principais males que nos afligem, enfatizava ele, serão debelados pelo trabalho da ciência, através da eugenia e do saneamento, auxiliando para elevar o Brasil ao progresso e a civilização.⁶⁸ Para esse autor, como definia em uma de suas conferências realizadas através da Sociedade Eugênica de São Paulo, saneamento e eugenia devem ser vistos como sinônimos de civilização:

*Eis a grande bandeira desfraldada aos ventos... O símbolo da nossa nacionalidade é representada pelas palavras “Ordem e Progresso”. Saneamento-Eugenia é Ordem e Progresso. E, afirmamos com convicção e consciência inabaláveis que só a Eugenia e o Saneamento serão os únicos fatores capazes de consolidar definitivamente o emblema do nosso pavilhão: Ordem e Progresso, símbolo... da nossa soberania no mundo. Eugenia, é ordem e Progresso. Saneamento é Ordem e Progresso [sem grifo no original].*⁶⁹

Inspirados nas orientações neolamarckistas, os eugenistas brasileiros acreditavam que os problemas nacionais não eram de caráter fixo. A solução estaria tão-somente no empenho das autoridades públicas e no emprego racional da ciência eugênica e do saneamento. Encaradas como sinônimos, a eugenia e o saneamento deveriam debelar as pestilências, combater as doenças infecto-contagiosas, implantar hábitos higiênicos e intervir no futuro da reprodução humana, gerando uma prole saudável, física e moralmente apta para tornar o Brasil uma nação ordeira e progressista. Seguindo essas diretrizes, acreditavam os eugenistas, dentro em breve o Brasil poderia estar inserido no tão sonhado “concerto das nações” civilizadas.

As principais campanhas dos eugenistas durante os anos 1910 e 1920 concentrou-se, portanto, no combate aos “ambientes disgênicos” e às doenças como a sífilis, tuberculose, ancilostomíase, malária e a lepra. O combate aos “vícios sociais”, considerados altamente prejudiciais à hereditariedade, como o uso dos chamados “tóxicos euforísticos” (o alcoolismo, o tabaco, a morfina e a cocaína), também faziam parte das preocupações eugênicas. Segundo o médico Rubião Meira, da comissão consultiva da Sociedade Eugênica de São Paulo, se esses fatores patológicos “que concorrem, entre nós, para a corrupção da raça nacional” não forem combatidos com severidade, “teremos em breve uma gente destituída de valor, incapaz para os magnos esforços, fraco para as grandezas de nossa vida, fadada a desaparecer ao sopro de um vendaval [...]”.⁷⁰

Considerado pelos eugenistas como o grande “inimigo da raça”, o alcoolismo era visto por Afrânio Peixoto como uma das principais causas da degeneração racial e do futuro da nacionalidade, sendo responsável, inclusive, pelo grande número de doentes, loucos e criminosos que existiam no meio social.⁷¹ Para Belisário Penna, ninguém escaparia dos males causados pelo alcoolismo, já que ele não produziria apenas “degenerados inferiores”, mas “igualmente dege-

nerados superiores, nas altas camadas sociais”.⁷² Além de causar danos à saúde da população mais pobre, o álcool transformava-se numa preocupação ainda maior por atingir também a saúde física e mental das elites brasileiras, de onde saíam, conforme afirmavam os intelectuais da época, os homens responsáveis por administrar o futuro do país. Como é possível perceber, portanto, o discurso dos eugenistas visava não apenas regenerar as camadas sociais mais pobres, consideradas inferiorizadas devido às condições do meio e à larga miscigenação racial, mas também de proteger as classes sociais mais altas contra a degeneração causada especialmente pelos “vícios sociais”, como o alcoolismo. De acordo com Belisário Penna, além de “preparar o leite” para outras doenças mais graves, o alcoolismo era responsável pelo grande aumento da mortalidade, diminuição da natalidade e pela produção de “indivíduos anormais”.⁷³ Do mesmo modo, o médico Franco da Rocha, também da Sociedade Eugênica de São Paulo, destacava que a “embriaguez” seria uma das principais fontes de degeneração e da produção da loucura. Para esse autor, “poucos médicos haverá que não tenham visto epiléticos nascidos de pais alcoólatras. O fato é tão comum que nos dispensa de trazer provas”.⁷⁴

Ao lado do alcoolismo, os eugenistas entendiam que a sífilis e a tuberculose constituiriam os “venenos raciais” responsáveis pela ampla degeneração física e mental da população nacional. O médico e psiquiatra Henrique Roxo, membro da Liga Brasileira de Higiene Mental, chamava a atenção das autoridades públicas ao afirmar que, apesar de não ser possível obter uma “perfeita eugenia”, “se não houvesse sífilis e alcoolismo, 80% das doenças mentais não existiriam”.⁷⁵ Por outro lado, o médico Amadeu Amaral lamentava, através das páginas da *Revista do Brasil*, pelo grande número de “criancinhas” mal geradas, que vinham ao mundo com “toda uma sementeira de atrocidade: cegueira, surdez, chagas, ataques, paralisia, alucinações, angústias, vícios, maldades”. Esses “graves danos sociais” que atingiam milhares de crianças brasileiras, na concepção desse autor, eram devidos às péssimas condições sanitárias e hereditárias “do pai avariado ou alcoólatra, da mãe nevropata ou tuberculosa”.⁷⁶

“Vícios sociais” e doenças como alcoolismo, tuberculose, sífilis, histeria e loucura seriam, na explicação desses médicos e eugenistas, as causas principais das “atrocidades” que acometiam as “pequenas criaturinhas inocentes”, além de desmoralizarem a vida da família, da sua descendência e da sociedade. Para Amadeu Amaral, esses “desgraçadinhos”, referindo-se às milhares de crianças “doentes e anormais”:

*Vivem muitas vezes, como se fossem perfeitas: nenhuma prevenção, nenhum cuidado, nenhum zelo especial, nenhum corretivo oportuno. E cresce, e arrasta a sua tragédia lancinante, e deixa descendentes que continuam a desenrolar a cadeia infundável dos condenados sem culpa! E continuam a allear-se de mais a mais os muros das prisões, assumem vulto de cidades os manicômios, mais se reproduzem as enfermarias, mais longas e barulhentas se tornam as alfurjas do vício em pleno coração das cidades, e essas geenas refervem de angústias, de desesperos, de lentas agonias.*⁷⁷

O futuro da geração nacional poderia estar, portanto, condenado por um patrimônio hereditário “contaminado” pelas “condições disgênicas” dos genitores. Essa degenerescência da prole seria responsável, como enfatizava Amaral, pelo aumento das prisões, dos manicômios e dos hospitais, desencadeando a “desordem social” urbana, a criminalidade, a loucura e a prostituição. Para alguns médicos e eugenistas, o futuro do Brasil estaria condenado à imoralidade, à desordem e à delinqüência, caso não se eugenizasse a infância. Na concepção do médico Castro Barreto, por exemplo, seria exatamente na infância que os médicos poderiam “prestar os melhores serviços à raça”, tanto nos conselhos sobre nutrição e higiene, quanto na “correção das taras e heranças mórbidas”.⁷⁸

De maneira geral, o pensamento eugenista brasileiro, ao menos durante os anos 1920, foi profundamente marcado por um estilo de “eugenia preventiva”. Como já salientamos, o interesse central do movimento eugênico consistia em elaborar um amplo programa de propaganda e conselhos higiênicos, de combate às doenças e outros “males sociais”, com vistas ao melhoramento da saúde pública e do futuro da nacionalidade. Contudo os eugenistas também incentivaram medidas que visavam racionalizar a natalidade e orientar a reprodução humana. O objetivo era regulamentar o matrimônio e impedir a união conjugal entre os indivíduos considerados “inadequados”, portadores de “taras hereditárias”, “criminosos” e “delinqüentes”. Além da preocupação dos eugenistas com a saúde racial, a educação higiênica, sexual e matrimonial das elites e da classe média urbana que começava a se formar nas grandes cidades brasileiras, de maneira

geral as medidas eugênicas objetivavam também educar e regular os hábitos das classes sociais mais pobres, vistos como imorais, degradantes e perniciosos ao futuro racial da nação. Para atingir esse intento, os médicos e eugenistas lançavam mão da imprensa da época, sobretudo de jornais e revistas semanais, mas também de conferências públicas, da educação escolar e da aprovação de leis que regulamentassem tais medidas, tendo em vista que a grande maioria da população era analfabeta e não possuía acesso à escola.

Preocupados que estavam com o futuro da prole nacional, os eugenistas voltaram suas atenções para uma ampla discussão sobre educação sexual e orientação matrimonial. Através de campanhas em defesa do exame pré-nupcial e do controle da natalidade, os eugenistas procuravam instruir as famílias sobre a importância da “reprodução eugênica”. Já em 1918, os eugenistas da Sociedade Eugênica de São Paulo pretendiam introduzir no Código Civil Brasileiro um dispositivo que obrigasse os nubentes a apresentarem, antes do matrimônio, o atestado médico que comprovasse suas capacidades físicas e mentais. Quem não aplaude “esta disposição proibitiva em defesa das nossas futuras proles?”, perguntava o propagandista Renato Kehl em artigo publicado, em 1918, na *Revista do Brasil*.⁷⁹

No início dos anos 1920, o médico João Prudêncio de Souza, da Faculdade de Medicina da Bahia, enfatizava que não haveria nada mais indigno, “descuido mais lamentável na vida social de um indivíduo”, que levar consigo doenças, vícios e taras para um lar que se vai construir.⁸⁰ Esse eugenista alertava que o exame pré-nupcial deveria ser atestado por médicos de valor reconhecido, por um especialista capaz de decidir sobre a conveniência ou não da união matrimonial. De posse dos conhecimentos médicos e eugênicos atuais, João Prudêncio destacava que:

*Já não pode o médico temer a falta de bases seguras para atestar sobre o estado de sanidade dos cônjuges, impedindo os casamentos [...]. Ficará em seu encargo, assim, o dever de zelar por uma seleção tão evidentemente necessária na sociedade. Os nossos juristas já não poderão alegar insuficiência de conhecimentos profissionais para os bons diagnósticos, sendo apenas necessário que legalizada a questão do atestado de sanidade pré-nupcial, ponha o governo ao alcance dos médicos encarregados de tal perícia, os meios mais modernos de pesquisa fornecidos pelo laboratório.*⁸¹

158

Considerando a existência desses métodos eugênicos precisos, construídos em laboratório, os eugenistas enfatizavam que o exame matrimonial deveria constar como obrigatório, sendo possível ao especialista, um médico-eugenista, intervir nos casos em que os indivíduos apresentassem “estigmas degenerativos”. Dentre os motivos para o impedimento matrimonial constavam doenças como a tuberculose, doenças venéreas, principalmente a sífilis, além das “taras” consideradas incuráveis, o alcoolismo, deficiências físicas e demais males de caráter hereditário.

Para João Prudêncio, a “sífilis hereditária” deveria ser observada como o principal motivo para a proibição do matrimônio, tendo em vista ser essa doença responsável pelo grande número de abortamentos, partos prematuros, mortalidade, nascimento de “crianças deformes, cegas, idiotas e paralíticas”. Segundo esse autor, a herança da sífilis criaria “indivíduos incapacitados” para a vida na sociedade. Em sua maioria, argumentava ele, esses indivíduos “são psicologicamente anormais, inadaptáveis ao meio em que vivem, são tarados incuráveis que levam uma vida inteira improdutiva, são inconscientes ou meio conscientes que representam um prejuízo e um perigo social”.⁸²

Segundo Afrânio Peixoto, a preocupação com as questões relacionadas à higiene, à eugenia e à herança não se alarmavam somente entre os médicos e eugenistas, mas também entre os leigos. Hoje, afirmava Afrânio, “a eugenia é assunto literário”, e “se os códigos não exigem ainda uma folha corrida sanitária para permitir o novo lar, vai entrando nos costumes a suspeição mórbida e, espontaneamente, busca-se, inocentemente, a saúde, como outrora se escondia, hipocritamente a doença”. Com um pouco mais de esforço, acreditava ele, seria possível que a eugenia indicasse o caminho para o pleno combate das “taras”, das degenerações e da “má herança”.⁸³

Muitos eugenistas brasileiros acreditavam, ainda, que o incentivo a prática da educação física seria um mecanismo fundamental para auxiliar no processo de aperfeiçoamento da hereditariamente nacional, principalmente com a obrigatoriedade das práticas esportivas nas escolas e no seio das famílias. O esporte era muitas vezes tratado tanto para disciplinar e subordinar a vida dos indivíduos, tornando-os mais fortes, resistentes e produtivos, quanto para pensar no embelezamento físico e genético da população como um todo. Para o jovem Fernando de Azevedo, por exemplo,

o papel da eugenia deveria consistir, em sua função primordial, na “reforma plástica” e integral da beleza física feminina, impedindo que “criaturinhas doentias” e “franzinas” continuassem “proliferando gerações de indivíduos fracos e degenerados”. A eugenia deveria se incumbir, destacava esse eugenista, de “corrigir toda essa atrofia somática [...] que torna a mulher imprópria às altas funções da maternidade”.⁸⁴ Na educação física feminina, ressaltava Fernando de Azevedo, estaria a regeneração integral e definitiva da nacionalidade:

*A eugenia brasileira – pedra angular da sociedade, teria na solução nacionalista deste problema uma grande vitória para a regeneração físico-moral deste país, em cujos colégios parecem ainda desconhecer-se por completo a influência visceral e definitiva, que sobre a geração de amanhã exerceria a aplicação às meninas de uma cuidada educação física, não de processos anódinos, mas eficazes, de exercícios adequados, constantes e sistematizados. A regeneração física da mulher brasileira é certamente o meio mais lógico, mais seguro e mais direto de obter-se de futuro uma geração sadia e robusta, em substituição a esta de hoje, que, em geral, se anquilosa em atitudes scohóticas e enfezadas, estiolando-se nos rebentos de uma prole franzina, que surge muitas vezes sobre as ruínas da saúde das mães, quando não seja sobre o sacrifício de uma pobre vida... Que podemos de fato esperar de meninas fracas, para quem a maternidade seria uma catástrofe, senão uma floração cada vez mais raquítica e doentia?*⁸⁵

A educação física era pensada, portanto, também em termos neolamarckistas, possibilitando que os eugenistas interpretassem a saúde e o “vigor físico” como elementos passíveis de transmissão hereditária. Como é possível perceber, a mulher brasileira era representada por Fernando de Azevedo como tendo uma função essencial no processo de reprodução, de conservação e aperfeiçoamento das gerações futuras. A elas caberia o cuidado com a saúde, o vigor, a higidez física e a beleza, o que as prepararia para uma maternidade “eugenicamente adequada”. No caso do Brasil, uma sociedade tradicionalmente patriarcal, os eugenistas entendiam que o “futuro da raça” dependia, acima de tudo, da constituição física e biológica da mulher. Nas palavras de Nancy Stepan, as políticas eugênicas concentraram suas atenções na mulher, foi sobre ela que se exerceu uma rigorosa educação e um intenso controle sobre o seu corpo e a sua sexualidade, já que o seu “papel social” era visto como sendo primordialmente destinado ao processo reprodutivo e maternal.⁸⁶

159

Neste sentido, um dos objetivos implícitos do incentivo eugênico à prática esportiva feminina, à educação sexual, o controle reprodutivo e matrimonial, além das práticas higiênicas e sanitárias em geral, consistiria em moldar os aspectos estéticos e hereditários da população local. Concentrando a atenção no “embelezamento da parte que nos toca da raça latina”, conforme destacava o médico paulista Luis Pereira Barreto,⁸⁷ os eugenistas acreditavam poder mudar as próprias características estéticas da nacionalidade. Através das diferentes formas de terapêuticas, a “ciência eugênica” poderia tanto contribuir para a purificação higiênica e o melhoramento rigoroso dos progenitores, quanto para o aperfeiçoamento físico, a saúde e o embelezamento da sociedade. A eugenia se constituía, deste modo, também como um movimento que visava à estetização da identidade nacional.

Contudo, apesar de estar afinada com os modelos de eugenia “preventiva” e “positiva”,⁸⁸ que reafirmavam a pobreza, a doença, a imoralidade e os “ambientes disgênicos” como os grandes problemas nacionais, os eugenistas brasileiros também se preocuparam com as discussões sobre a composição racial do país. Como procuraremos demonstrar em seguida, o pensamento eugenista reintroduzia no cenário nacional a associação entre raça e identidade nacional. Porém argumentaremos que, mesmo acionando um projeto de regeneração racial, os eugenistas procuraram criar um modelo de eugenia pelo qual fosse possível pensar as diferenças entre as raças sem que isso excluísse o “valor eugênico” da mestiçagem nacional e, ao mesmo tempo, a viabilidade do Brasil como uma nação moderna e civilizada.

Eugenia, raça e identidade nacional

No Brasil, as questões raciais sempre constituíram um quadro controvertido sobre a formação da identidade nacional, especialmente a partir da metade do século XIX, quando as teorias raciais, disciplinas e instituições científicas

formadas no mundo europeu procuravam apontar a existência de diferenças e hierarquias entre os diversos grupos humanos.⁸⁹ No início do século XX, por ser uma nação amplamente miscigenada e com sérios problemas sociais, os brasileiros foram considerados pelos discursos científicos, sociais e políticos produzidos no “mundo civilizado”, como uma população que apresentava tudo do que havia de mais imoral, incivilizado e “disgênico”.⁹⁰

Durante o período entre-guerras, essas imagens produzidas sobre o Brasil começaram a ser paulatinamente abandonadas pelas elites locais, que impulsionadas por um ufanismo nacionalista procuravam encontrar soluções próprias para seus problemas. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Europa deixou de ser o “espelho do mundo” pelo qual os países “periféricos” almejavam verem-se refletidos. Voltando suas atenções para o seu próprio país, e interessados em discutir os problemas nacionais em seus próprios termos, uma nova geração de intelectuais emergiu rejeitando as tradicionais interpretações sobre o Brasil, principalmente em relação à composição racial e ao futuro da nação. Contudo, ao procurarem uma interpretação que lhes possibilitasse vislumbrar uma nova identidade nacional, os intelectuais brasileiros continuaram, em certa medida, dependentes das teorias, dos estilos e das idéias científicas hegemônicas elaboradas no “velho mundo”. Como explica Sérgio Carrara, devido à sua posição subalterna no cenário internacional, os intelectuais brasileiros “tinham que se opor a certas idéias e teorias produzidas pelas elites metropolitanas, das quais, entretanto, não podiam discordar, pois delas emanava em larga medida seu prestígio”.⁹¹

Presos a esta “condição subalterna”, os eugenistas brasileiros expressavam exatamente o dilema de estarem, por um lado, envolvidos pelos ideais e explicações científicas de uma ciência que indicava a própria decadência do seu país e, por outro, de terem que encontrar uma alternativa que pudesse livrá-los da acusação da suposta inferioridade racial. Parte da solução para essas incertezas foi encontrada através da identificação da eugenia com a higiene pública e com as ciências do saneamento. Ainda mais essencial, como explica Nancy Stepan, foram os esforços dos cientistas brasileiros em demonstrarem “que seria por meio da miscigenação racial que o Brasil realizaria o seu próprio futuro eugênico”.⁹²

Durante os anos 1920, ainda que o racismo não tivesse no todo sido excluído das relações sociais, não havia um modelo de eugenia racista e segregacionista. Opondo-se sempre às idéias mais radicais e ao modelo de relações raciais norte-americano, os eugenistas brasileiros acreditavam que através da miscigenação o Brasil conseguiria homogeneizar a raça nacional e integrar a nação de maneira passiva. Essa crença otimista quanto ao futuro do Brasil estava vinculada, de maneira geral, à tese sobre o branqueamento da população brasileira. Devido à intensa “mistura racial” que desde o período colonial vinha se processando entre brancos, negros e indígenas, a maioria dos intelectuais brasileiros acreditava que a nacionalidade embranqueceria num curto espaço de tempo.⁹³

Em 1918, em conferência realizada na cidade de São Paulo, o médico e eugenista Rubião Meira criticava a forma como se desenrolou o fim da escravidão no Brasil e a maneira como a população negra foi destituída de assistência. O negro, antes tido como um “povo forte e saudável”, encontrava-se agora, como destacava esse autor, “atirado a todos os vícios e paixões”, contaminando-se com o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose, “entupindo” hospitais e hospícios.⁹⁴ A própria maneira pela qual os negros foram postos em liberdade teria sido, em suas palavras, “a causa da decadência, da ruína, do esfacelamento dessa raça, até então laboriosa, operosa e forte”. Na compreensão desse autor, os próprios ideais libertários da civilização brasileira, motivo de orgulho para boa parte da sociedade nacional, teriam sido a causa principal da degradação da “raça negra”.⁹⁵

De acordo com Rubião Meira, o desastre que acarretava a degeneração de uma parcela significativa do “nosso povo” derivava, em grande medida, das péssimas condições de saúde em que se encontrava a “massa de negros libertos”, entregues que estavam à sua própria sorte. Ao mesmo tempo em que atribuía o atraso às inúmeras doenças que contaminavam o vigor da população, ele apontava também a miscigenação como uma alternativa redentora para os problemas nacionais. Citando Agassiz, esse eugenista enfatizava que se a mestiçagem é de “qualidade degenerativa”, “felizmente, os elementos com os quais nos cruzamos agora vem de população valorosa e sadia”. Se de fato os antigos mestiços constituíam, na frase de Agassiz, “um tipo indescritível cuja energia física e mental se enfraquece”, explicava Rubião Meira, “a raça que está saindo dos cruzamentos que se operam no momento tem tendência a ser fortalecida com o correr das gerações, com a evolução do tempo”.⁹⁶

Apesar de destacar a morbidez de grande parte da população nacional, devido ao abandono e às inúmeras doenças, Rubião Meira demonstrava-se otimista com o futuro da nacionalidade, pois acreditava no vigor dos imigrantes que aos poucos ocupariam o território brasileiro. Para ele, a “raça negra” tenderia a desaparecer:

[...] Rareando em seus originais, extinguindo-se, e hoje cidades do nosso país existem, onde os pretos são dificilmente encontrados, substituídos que são pela imigração de estrangeiros, sedentos de ambições pecuniárias, que, para aqui tem sido trazidos e nos têm vindo dar todas as energias de sua vida, trabalhando com afinco, labutando com fervor extraordinário, engrandecendo o nosso torrão, modificando mesmo a nossa índole, concorrendo, sem dúvida para o nosso progresso, criando alma nova em nosso povo, nos mostrando com a pertinácia do seu exemplo e de sua operosidade que as nossas terras são, com efeito veios fecundos indicativos de nação forte e poderosa.⁹⁷

Neste sentido, ancorados pela idéia de uma mistura racial integracionista, as possíveis dúvidas que os eugenistas brasileiros tinham quanto à situação racial do Brasil davam lugar a interpretações raciais cautelosamente otimistas. Em 1921, em entrevista ao jornal *Gazeta do Povo*, da cidade de Curitiba, Renato Kehl acionaria a tese do branqueamento para explicar a questão racial brasileira.⁹⁸ Para ele, o Brasil representava “um grande laboratório de elementos etnologicamente diversos”, no qual estava se operando “um metabolismo racial” que tenderia a assimilar algumas raças e desassimilar outras, como os negros e índios, que, em sua interpretação, eram “raças inferiores” e com “sangue depurado”. “Dessa química complexa e morosa”, concluía o autor:

[...] Há de resultar, daqui alguns séculos, uma nacionalidade melhormente caracterizada, um povo forte e varonil, que se emparelhará dignamente neste continente setentrional. [...] Ninguém poderá negar, tal evidência dos fatos, que no correr dos anos vem desaparecendo os negros, os índios das plagas e com eles os produtos provenientes desta mestiçagem. Com o contínuo processar desta mestiçagem é de se esperar que o Brasil se realize, de acordo com a opinião de Roosvelt, quando esteve entre nós, de que estamos resolvendo, pela fusão de sangues, o problema das raças negra e índia, de um modo simples e eficaz, enquanto que nos Estados Unidos, com a segregação dessas raças, o problema está se tornando dia a dia mais sério, dada a multiplicação dos seus representantes em sua pureza de origem.⁹⁹

161

Na compreensão do principal “prosélito” da eugenia brasileira, a mistura racial não degeneraria a população nacional, ao contrário, seria ela responsável pela construção de uma nova identidade. A miscigenação seria, para Renato Kehl, responsável, inclusive, pela assimilação do sangue das “raças negra e índia”, que tendiam a desaparecer do território nacional devido à sua inferioridade. Apesar do otimismo que esse autor deixava impresso em sua interpretação sobre o futuro racial brasileiro, a partir do final dos anos 1920 suas concepções sobre a miscigenação racial e as questões eugênicas sofreriam mudanças radicais que o aproximariam de um modelo de “eugenia negativa”, ao estilo anglo-saxônico.¹⁰⁰

O médico e eugenista João Henrique destacava que, mesmo sendo “o povo mais mesclado do mundo, num país ainda por povoar”, o homem brasileiro estava longe de possuir “taras hereditárias”. Ao contrário, frisava ele de modo otimista, “devemos nele reconhecer as aproveitáveis qualidades da boa semente”.¹⁰¹ Opondo-se aos “vaticínios maus” de cientistas como Thomas Buckle, que “postulou a pequenez do homem”, James Bryce, “que pôs em dúvida se seríamos dignos desse tesouro da terra”, Gobineau, Schemann, Vacher de Lapouge, Le Bon, que “julgaram-nos etnicamente inaptos para adquirir e manter uma situação política social e estável”, João Henrique lembrava que o povo brasileiro era forte, pois havia feito a sua independência, triunfado nas guerras de Rosas e do Paraguai, implantado a abolição, proclamado a República e, certamente, seria capaz de obter também o advento da democracia.¹⁰² Para esse autor, portanto, o problema nacional não estaria diretamente relacionado à questão racial. A miscigenação do povo brasileiro, que estava sendo realizada através do contato com um novo povoamento, somado também ao avanço das técnicas de aperfeiçoamento humano, gerariam em poucos anos uma nacionalidade saudável. O entrave para a eugeniização do Brasil, continuava argumentando esse eugenista, estaria relacionado ao meio. É sobre ele que os eugenistas, higienistas, médicos e os estadistas deveriam voltar suas atenções, sobretudo para o combate das doenças tropicais e infecciosas.¹⁰³

Bernardo de Magalhães, vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, acreditava que o tipo de miscigenação que vinha se processando no Brasil não poderia ser considerado degenerativo. Em suas palavras, “os cruzamentos entre indivíduos de diferentes nacionalidades, mas dentro de uma mesma raça, tais como os brasileiros, espanhóis, italianos e portugueses, fornecem magníficos resultados”.¹⁰⁴ Como exemplo de sucesso da miscigenação que vinha ocorrendo no território nacional, ele lembrava que a população de São Paulo, antes vista como feia, “é hoje bonita após o cruzamento com o italiano”. Magalhães ressaltava, ainda, que o “cruzamento” de brasileiros com ingleses e alemães poderia gerar “belos tipos”, se a eugenia fosse empregada corretamente sobre “nossas leis e costumes”. Contudo “esse movimento de eugeneses” da população, como afirmava Magalhães, precisava ser regulado através de medidas eugênicas de restrição à entrada de imigrantes que viessem para “influenciar tristemente” as condições do tipo brasileiro, como os japoneses, por exemplo, cujas características raciais em nada contribuiriam para a formação da nacionalidade.¹⁰⁵

Para que a “raça brasileira” se tornasse forte e bela, esse eugenista destacava a necessidade de estabelecer outras medidas eugênicas, como o controle matrimonial, o impedimento de casamentos consanguíneos, o incentivo à educação moral, ao esporte, à higiene e à boa alimentação, além do cuidado eugênico dirigido às crianças, em especial ao aleitamento materno. Assim, sob os cuidados da “ciência eugênica”, Bernardo de Magalhães concluía que “o brasileiro virá a ser ainda um belo povo, capaz de grandes esforços físicos e intelectuais”.¹⁰⁶

O controle da imigração como uma medida eugênica e eficaz para melhorar as condições raciais da nacionalidade também foi freqüentemente requisitado pelos psiquiatras e eugenistas da Liga Brasileira de Higiene Mental. Em 1925, em artigo publicado no primeiro volume dos *Archivos brasileiro de higiene mental*, revista editada pela própria Liga, Juliano Moreira alertava sobre o grande número de imigrantes indesejáveis que diariamente entravam no Brasil sem nenhum mecanismo de controle e fiscalização. “De nada nos servirá envidar esforços no sentido de melhorar as condições de saúde física e mental de nossa gente”, afirmava ele, se novas levas de “indesejáveis” continuarem a chegar ao território brasileiro.¹⁰⁷ Em seu ponto de vista, o governo brasileiro deveria, a exemplo do que já vinha ocorrendo nos Estados Unidos e na Inglaterra, rever a “soma dos males” provenientes da imprevidente liberalidade com que os imigrantes são recebidos. Grande parte dos problemas sociais, como a delinqüência, a criminalidade, o alcoolismo e a loucura, explicava esse autor, estaria diretamente relacionada à entrada desses imigrantes indesejáveis no país.

Semelhante posição tinha o médico Pacheco e Silva, também da Liga Brasileira de Higiene Mental, que, apesar de compreender a necessidade que Brasil tinha em conquistar “novos braços para o trabalho”, ressaltava que “essa gente”, os imigrantes, deveria ser selecionada com o objetivo de contribuir como “fator eugenético” para o aperfeiçoamento da “raça brasileira”.¹⁰⁸ Medidas rigorosas de controle da imigração, acreditava ele, seriam positivas tanto para melhorar a condição racial da população, quanto para diminuir os problemas sociais:

*[...] Desnecessário se torna assinalar o alcance de providências nesse sentido, cujos efeitos se fariam sentir imediatamente, não só em relação a criminalidade que entre nós tem aumentado extraordinariamente, como também contribuiria para a seleção de nossa raça, afastando elementos nocivos que só servem para influir maleficamente na constituição das futuras gerações brasileiras. A época é das mais propícias para que o assunto seja convenientemente ventilado, e, os que andam preocupados com os problemas da defesa social devem refletir sobre as conseqüências nefastas da intromissão de tarados de toda a sorte que dia a dia se infiltram no seio da nossa coletividade.*¹⁰⁹

Neste sentido, se a imigração se apresentava aos eugenistas e às elites políticas nacionais como uma medida otimista para aprimorar física e intelectualmente a miscigenação brasileira, ela poderia também se transformar num sério problema racial e sociológico ao mesmo tempo, caso uma seleção eugênica não fosse estabelecida pelas autoridades competentes. Tanto Juliano Moreira quanto Pacheco e Silva alertavam, portanto, para o risco da “desordem social” que os imigrantes não selecionados poderiam causar à nação.

Considerações finais

Intimamente articulada ao discurso da medicina social, a eugenia foi assimilada entre os intelectuais brasileiros como um poderoso instrumento de engenharia e reforma do ambiente social, capaz, inclusive, de contribuir para o processo de (re)construção da própria identidade nacional. Diferentemente dos programas eugênicos mais “duros”, como os que se desenvolveram nos Estados Unidos e no norte da Europa, o discurso eugênico brasileiro foi marcado por um modelo mais “suave” de eugenia, muito mais preocupado com as questões sociais e ambientais do que propriamente biológicas. Assim, conscientes de que era “com esse povo” que o Brasil teria que seguir, e confiantes na força da miscigenação como destino, os eugenistas promoveram ao longo dos anos 1910 e 1920 uma ampla associação entre a eugenia, o saneamento, a higiene, a puericultura, a medicina legal e a psiquiatria.

De maneira geral, essas diferentes vias do pensamento brasileiro estruturavam o complexo campo eugênico, formado por aquilo que o próprio Renato Kehl denominou de “ciência bio-social”.¹¹⁰ Para os eugenistas brasileiros, a eugenia era compreendida como uma ciência sem fronteiras delimitadas, o que lhe possibilitava servir aos mais diferentes interesses científicos e políticos, sendo apropriada nas formulações de diversos projetos de construção da nação. Apesar de não possuir um espaço exclusivo de atuação e de ser, ao mesmo tempo, um movimento científico e social, a força do movimento eugênico ganhava destaque exatamente devido a essa capacidade camaleônica de servir aos diferentes projetos ideológicos. O resultado foi uma ciência sutilmente conformada pelo cenário científico, social e político local, o que possibilitou que os eugenistas refutassem as teorias científicas que condenavam o futuro da nação e passassem a pensar nas reformas sociais como uma alternativa mais viável para elevar o valor da “raça nacional”.

As discussões sobre a composição racial brasileira, ao menos nesse período, ficou diluída, portanto, em várias tendências explicativas que se aproximaram com o objetivo de reconstruir a identidade nacional e, ao mesmo tempo, demonstrar que os problemas do Brasil não seriam eternos ou irremovíveis. Por um lado, os eugenistas acionaram o discurso médico e sanitário para explicar que a suposta inferioridade do homem brasileiro era devida principalmente às péssimas condições sociais e do meio, cuja regeneração poderia ser estabelecida com eficiência pela ação saneadora da eugenia; por outro, os eugenistas entendiam que o “cruzamento racial” que estava se processando no território brasileiro não apresentava características degenerativas. Ao contrário, argumentavam eles, a “mescla racial” entre brasileiros e imigrantes produziria uma “miscigenação eugênica”, tendo como resultado a definição de uma “nacionalidade forte e varonil”.

Contudo, no final dos anos 1920, especialmente após a criação do *Boletim de Eugenia* e da realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, promovido em 1929, alguns dos pressupostos eugênicos mais radicais começavam a ser defendidos por um grupo de eugenistas liderado por Renato Kehl. Nesse período, o movimento se dividiu entre duas tendências, uma de caráter mais autoritária e racista – que defendia a seleção imigratória, o controle matrimonial, a intervenção na reprodução humana e, inclusive, a esterilização de indivíduos “inaptos” –, e outra que continuava em consonância com um modelo de eugenia mais “suave”, apostando no poder da higiene, da educação e da “miscigenação eugênica” como meio para estabilizar o vigor racial do homem brasileiro.¹¹¹ Neste sentido, enquanto na interpretação de pensadores como Roquette-Pinto, Mário de Andrade, Manoel Bomfim e Gilberto Freyre, cada um a seu modo, a nação mestiça, plástica e híbrida emergia como a condição singular que caracterizava a civilização nacional, autores como Oliveira Vianna, Xavier de Oliveira e Azevedo Amaral, por sua vez, emolduravam esse quadro com a dúvida, satisfazendo-se em pensar a miscigenação como um caminho incontornável rumo ao branqueamento da nacionalidade.¹¹² Além disso, leituras mais extremadas, mas não tão distantes da compreensão destes últimos, apareciam nesse período como uma voz estridente capaz de condenar a miscigenação racial como o nosso mais infeliz legado histórico. Para estes, como é possível perceber na obra de Renato Kehl, a “mestiçagem” se apresentava como um elemento “perturbador” da formação nacional.¹¹³

Esses diferentes pontos de vistas já poderiam ser percebidos, por exemplo, nos debates travados durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, quando as propostas eugênicas mais radicais defendidas por Renato Kehl

foram duramente criticadas por outros congressistas, como Roquette-Pinto e Fróes da Fonseca, os quais atacavam as idéias defendidas por Kehl como sendo de origem racista e de pouca validade científica, na medida em que se definiam como idéias carregadas de “preconceitos”.¹¹⁴ Dessa divisão ideológica surgiram concepções polêmicas que em muito contribuíram para animar não somente o movimento eugênico como o próprio pensamento social brasileiro. De outro lado, os anos 30 inauguravam também um discurso nacionalista ambíguo que transitava entre medidas políticas de caráter assimilacionista e outras mais autoritárias e excludentes, o que reforçaria ainda mais a existência dessa dualidade no pensamento médico e social brasileiro. Mas esse é um outro capítulo na história da eugenia no Brasil.

Notas e referências bibliográficas

Vanderlei Sebastião de Souza é doutorando em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

* Este artigo foi elaborado a partir de minha dissertação de mestrado: SOUZA, Vanderlei S. de. A política biológica como projeto: A “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). Dissertação (Mestrado em História), Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006 (orientado pelo professor Dr. Robert Wegner).

- 1 Várias expressões foram empregadas pelos eugenistas brasileiros para definir a eugenia, freqüentemente nomeada como “a nova religião da humanidade”, “a religião do futuro”, “a ciência de Galton”, “a ciência da hereditariedade humana”, “a ciência do corpo e do espírito”, “a ciência da boa geração”, entre outros termos que expressam o ufanismo cientificista que existia em torno das idéias eugênicas no Brasil. De acordo com Nancy Stepan, a própria história da eugenia no Brasil e na América Latina deve ser vista como parte de um “endosso generalizado à ciência”, que havia se tornado “palavra de ordem para a elite moderna e secular”. Como destaca essa autora, nas primeiras décadas do séc. XX os intelectuais brasileiros abraçaram a ciência, sobretudo a medicina e a própria eugenia, como uma forma de conhecimento progressista que possibilitava pensar numa alternativa para o “atraso” cultural. STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005 [1991], p. 49-50.
- 2 STEPAN, op. cit.
- 3 Sobre as discussões raciais e a condenação que esses autores estrangeiros faziam ao Brasil e à população nacional, bem como a repercussão dessas idéias entre os intelectuais locais, consultar SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976; SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987; VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- 4 CARRARA, Sérgio. Estratégias Anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: Hochman, Gilberto e Armus, Diego (orgs). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio: Editora Fiocruz, 2004.
- 5 SCHWARCZ, op. cit., p. 240.6 CARRARA, op. cit., p. 433-434.
- 6 CARRARA, op. cit., p. 433-434.
- 7 STEPAN, op. cit., p. 47.
- 8 CARVALHO, José Murilo. Brasil 1870-1914: A força da tradição. In: *Ibid. Pontos e bordados*. escritos de história e política. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p. 120.
- 9 BENCHIMOL, Jaime Larry. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução Pasteuriana no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz / Editora UFRJ, 1999.
- 10 ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003, p. 16.
- 11 SCHWARCZ, op. cit., p. 240.
- 12 SKIDMORE, op.cit., p. 130.
- 13 CARRARA, op. cit., p. 430.
- 14 LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela Raça, Absolvido pela Medicina: o Brasil Descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996, p. 23-40.
- 15 CASTRO SANTOS. Luiz Antonio de. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. Rio de Janeiro: *Dados – Revista de Estudos Sociais*, vol. 28, nº 2, 1985; HOCHMAN, Gilberto. *A Era do Saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec/Anpocs, 1998. LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro. Editora Revan, 1999.
- 16 LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 214.
- 17 LIMA; HOCHMAN, op. cit., p. 23.
- 18 *O exemplo de maior recorrência para ilustrar esse movimento de mudança de concepção sobre os problemas nacionais, pode ser encontrado através da reconversão que Monteiro Lobato operou no final dos anos 1910. Em 1914, ao escrever o conto Urupês – publicado na imprensa paulista a partir de uma série de artigos –, esse intelectual havia descrito o homem sertanejo, denominado por ele de “Jeca Tatu”, como um ser “fraco”, “indolente” e “incapaz de evoluir”, alheio ao trabalho e à idéia de progresso. No entanto, em 1918, quando a ciência e o laboratório o permitiam pensar de maneira mais otimista, Monteiro Lobato ressuscitaria o seu personagem ao afirmar: “O caipira não é assim. Está assim. Curado, recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico”. LOBATO, Monteiro. O problema vital. São Paulo: Brasiliense, 1956[1918], p. 285.*
- 19 STEPAN, op. cit., p. 98.
- 20 Como explicava João Ribeiro anos mais tarde, em artigo publicado no *Boletim de Eugenia*, “o termo - Eugenia – é o mesmo que adotam os italianos que preferem pronunciar – Eugénia – e que há muitos anos sugeri como sendo o mais conforme com a índole da nossa língua. O designativo – Eugenia – é mais eufônico e mais característico que – eugenética – como querem alguns que nesse ponto seguem a lição inglesa desde Galton”. RIBEIRO, João. *Questiúnculas. Boletim de Eugenia*. Rio de Janeiro, ano I, nº 2, fev. 1929, p. 3.
- 21 KEHL, Renato. *Sexo e civilização - aparas eugênicas*. Rio de Janeiro: Editora Liv. Fco Alves, 1933, p. 24.
- 22 MAGALHÃES, Alfredo Ferreira. *Pró eugenismo*. Bahia: Tipografia de São Francisco, 1913.

- 23 TEPEDINO, Alexandre apud KEHL, Renato. Conferência de propaganda eugênica. In: *Annaes de Eugenia*. São Paulo: Editora da Revista do Brasil, 1919, p. 76.
- 24 ARMINSTRONG, Charles. *Melhoremos a nossa raça*. Rio de Janeiro: Editora Imprensa Inglesa, 1916, p. 7.
- 25 Ibid., p. 08.
- 26 Ibid., p. 20-21.
- 27 Ibid., p. 23.
- 28 HENRIQUE, João. *Do conceito eugênico do Habitat Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Tipografia Besnard Frères, 1917, p. 10.
- 29 Essa conferência foi reproduzida também, em 1919, nos "Annaes de Eugenia" organizado pela Sociedade Eugênica de São Paulo e em colaboração com a *Revista do Brasil*. Para este trabalho, utilizaremos esta edição, tendo em vista que o texto foi publicado na integra (KEHL, 1919, op. cit.).
- 30 Ibid., p. 69.
- 31 KEHL, Renato. A eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico. In: *Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*. Rio de Janeiro, vol. I, 1929, p. 53.
- 32 *Annaes de Eugenia*. São Paulo: Editora da Revista do Brasil, 1919.
- 33 Ibid.
- 34 Ibid.
- 35 Souza Lima, como destacava Renato Kehl, foi um dos primeiros intelectuais brasileiros a empregar esforços pela defesa eugênica da nacionalidade. Em 1897, como deputado fed., o médico Agostinho de Souza Lima se dirigiu à Academia Nacional de Medicina para pedir o apoio desta instituição para o estabelecimento de uma lei que tornasse obrigatório o exame médico pré-nupcial, estabelecendo o impedimento legal do matrimônio aos indivíduos tuberculosos, sífilíticos e portadores de outros males infecciosos. Segundo Kehl, "a eugenia não tinha tomado coros de ciência quando Souza Lima apresentou novos trabalhos sobre um dos pontos de importância capital para a eugeniação, que é o exame pré-nupcial". KEHL, 1933, op.cit., p. 23.
- 36 Correspondência de Luis Parreira Barreto a Arnaldo Vieira de Carvalho. São Paulo, 1918 (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).
- 37 HOCHMAN, op.cit., p. 209-241.
- 38 MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça*: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Editora da Unicamp, 1994, p. 25-28.
- 39 HERSCHMANN, M.; PEREIRA, C.. O imaginário moderno no Brasil. In: Ibid. (orgs.). *A invenção do Brasil moderno*: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 29.
- 40 STEPAN, Nancy. Eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio: Editora Fiocruz, 2004 [1985], p. 356.
- 41 MEIRA, Rubião. Fatores de degeneração de nossa raça: meios de combatê-los. In: *Annaes de Eugenia*. op. cit., 1919, p. 49-50.
- 42 MOURA, Oleário de. Saneamento-eugenia-civilização. In: *Annaes de Eugenia*, op. cit., p. 7.
- 43 KEHL, Renato. O casamento consanguíneo em face da eugenia. São Paulo: *Revista do Brasil*, v.11, nº 42, jun. 1919, p. 189-190.
- 44 Nesse período, até pelo menos a metade dos anos 1920, Renato Kehl teve uma forte atuação no Serviço de Educação Higiénica, realizando campanhas contra as endemias rurais e doenças como a tuberculose, lepra e a sífilis. Além de palestras em escolas e outras instituições públicas, Kehl mantinha colunas semanais em jornais e revistas, sobretudo no Rio de Janeiro, através dos quais orientava a população quanto aos cuidados com a higiene pessoal e familiar. Simultaneamente a esse trabalho, Kehl introduzia ao público letrado as concepções eugênicas, ganhando notoriedade como o principal prosélito da eugenia também na Capital Federal.
- 45 Correspondência de Fernando de Azevedo a Renato Kehl. São Paulo, 20 out 1919 (Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).
- 46 Sobre as discussões em torno do pensamento eugênico em São Paulo, especialmente durante os anos 1920, consultar MARQUES, op. cit.; ROMERO, Mariza. *Medicalização da saúde e exclusão social*: São Paulo – 1889-1930. Bauru, SP: Editora Edusc, 2002.
- 47 KEHL, Renato. Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade. Rio de Janeiro: *Boletim de Eugenia*, vol.1, nº 5, maio de 1929, p. 1.
- 48 Para mais informações sobre a Liga Brasileira de Higiene Mental ver os trabalhos de REIS, José Roberto Franco. *Higiene mental e eugenia*. O projeto de regeneração nacional da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30). Dissertação (Mestrado em História) – Unicamp, Campinas, 1994; COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil*. Um corte ideológico. Rio de Janeiro: Editora Xenon, 1989.
- 49 REIS, op.cit., p. 67.
- 50 STEPAN, op. cit., p. 59.
- 51 Sobre a relação entre eugenia, antropologia e medicina legal, consultar CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Óleo e Água. In: Ibid. *Intenção e gesto*: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro. Editora do Arquivo Nacional, 1999, p. 237-377.
- 52 STEPAN, op.cit., p. 60.
- 53 Vale a pena destacar que a Liga Pró-Saneamento do Brasil foi fundada em 11 de fevereiro de 1918, um mês depois, portanto, de ter sido criada a Sociedade Eugênica de São Paulo. Do mesmo modo, muitos dos sanitaristas e eugenistas, como Renato Kehl e Belisário Penna, eram importantes membros e lideranças nas duas organizações. Tais fatos ajudam a explicar a proximidade e a filiação que esses movimentos intelectuais e políticos exerceram no Brasil a partir do final da década de 1910.
- 54 STEPAN, op. cit., p. 340.
- 55 MOURA, op. cit., p. 83.
- 56 STEPAN, op. cit., p. 348.
- 57 Em linhas gerais, como explica Nancy Stepan, o lamarckismo propunha uma evolução impulsionada por uma lenta e intencional adaptação ao meio ambiente, ao contrário do ferrenho mundo da luta evolucionista darwiniana. "Para um neolamarckiano, a seleção natural poderia provocar uma eliminação das variantes inadequadas, mas a herança das características adquiridas seria responsável pela origem das mais aptas. Politicamente, as noções lamarckianas justificavam a crença de que o esforço humano tinha sentido que os melhoramentos adquiridos ao longo da vida de um indivíduo poderiam ser transmitidos geneticamente, que o progresso seria possível". STEPAN, op. cit., p. 83. Assim, o que era de início uma teoria geral sobre evolução, transformou-se, ele mesmo, num "neolamarckismo", passando a significar uma teoria particular sobre o funcionamento da hereditariedade dos caracteres adquiridos, adaptando-se às discussões contemporâneas relacionadas à herança genética. STEPAN, op. cit., p. 83.
- 58 STEPAN, op. cit.,
- 59 KEHL, Renato. Estatutos. In: *Annaes de Eugenia*. op. cit., p. 257.
- 60 STEPAN, op. cit., p. 335.
- 61 Sobre a ligação entre as idéias sanitaristas e a tradição intelectual brasileira de cunho ambientalista fundada no século XIX, boa parte constituída pela influência do pensamento neo-hipocrático, ver MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. In: MONTEIRO Simone.; SANSONE, Livio (orgs.). *Etnicidade na América*: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004, p.15-44.
- 62 K. E. TROUNSON apud STEPAN, op.cit., p. 345.
- 63 Pelo menos até o final dos anos 1920, as idéias neolamarckistas prevaleceriam entre os eugenistas brasileiros, conformando-se perfeitamente aos seus interesses ideológicos e reformistas. Contudo, a partir do final da década de 1920, os pressupostos de August Weismann sobre a continuidade do plasma germinativo e as leis de Mendel passariam também a compor o ideário do movimento eugênico nacional. Vale destacar que essa tendência weismann-mendeliana era diametralmente oposta às concepções ambientalistas, concebendo a hereditariedade como uma função inata, uma con-

dição fixa e inerente aos caracteres biológicos dos indivíduos. Sobre essa discussão, ver STEPAN, op. cit.; KEVLES, Daniel. *In the name of eugenics. Genetic and the uses of human heredity*. Nova York: Knopf, 1995; ADAMS, Mark B (org). *The Wellborn Science. Eugenics in Germany, France, Brazil e Russia*. New York: Oxford University Press, 1990.

- 64 STEPAN, op. cit., p. 82-83.
- 65 HENRIQUE, op. cit., p. 13.
- 66 Ibid., p. 34.
- 67 Ibid., p. 65.
- 68 MOURA, op. cit., p. 89.
- 69 Ibid.
- 70 MEIRA, Rubião. Fatores de degeneração de nossa raça. In: *Annaes de Eugenia*. op. cit., p. 59.
- 71 PEIXOTO, Afrânio. As doenças evitáveis. *Revista Brazil-Médico*. Rio de Janeiro, ano XXXVIII, vol. I, nº 1, 5 jan. 1924, p. 3.
- 72 PENNA, Belisario. A luta contra o alcoolismo. *Revista Brazil-Médico*. Rio de Janeiro, ano XXXVI, vol. 11, out. 1922, p. 212.
- 73 Ibid.
- 74 ROCHA, Franco da. Alcoolismo e loucura. *Revista do Brasil*. São Paulo, vol. 8, nº 32, ago. 1918, p. 495.
- 75 ROXO, Henrique. Higiene mental. *Archivos brasileiro de higiene mental*. Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, dez. 1925, p. 2.
- 76 AMARAL, Amadeu. Cuidar da infância. *Revista do Brasil*. São Paulo, vol. 16, nº 162, fev. 1921, p. 140.
- 77 Ibid.
- 78 BARRETO, Castro. O médico e o culto da raça. *Revista Brasil Médico*, Rio de Janeiro, ano XXXVI, vol. 11, 2 out. 1922, p. 208.
- 79 KEHL, Renato. O que é eugenia. *Revista do Brasil* São Paulo, vol. 9, nº 35, nov. de 1918, p. 304.
- 80 SOUZA, João Prudêncio de. *Syphilis e eugenia*. Tese de medicina defendida na Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia, 1923, p. 19.
- 81 Ibid., p. 26.
- 82 Ibid., p. 21.
- 83 PEIXOTO, op. cit., p. 03.
- 84 AZEVEDO, F. Meninas feias e meninas bonitas: eugenia e plástica. In: *Annaes de Eugenia*, op. cit., p. 150.
- 85 Ibid., p. 150-151.
- 86 STEPAN, op. cit., p. 116.
- 87 Nas palavras de Luis Perreira Barreto, o homem já havia feito muito “no sentido da criação de belas galinhas, de homéricos porcos, de arqui-rápidos cavalos de corrida; estamos de posse de uma arte primorosa na obtenção de novilhos de uma suprema beleza; já é uma plena realidade a existência ativa da sociedade Herd-book Caracu; está feita a nossa eugenia bovina. É mais que tempo de cogitarmos do embelezamento da parte que nos toca da raça latina”. BARRETO, Luis Pereira. Eugenia. *Revista do Brasil*. São Paulo, vol. 7, nº 28, abr. 1918, p. 415.
- 88 Os eugenistas classificavam as medidas eugênicas como “preventiva”, “positiva” e negativa”. Conforme a definição de Renato Kehl, a “eugenia preventiva” consistia em combater os “venenos raciais” responsáveis pela degeneração humana, como o álcool e o tabaco; “fazer a profilaxia das moléstias epidêmicas e endêmicas”, bem como praticar a higiene e o saneamento em todos os seus aspectos. A “eugenia positiva” “cuida, por excelência, da boa geração; é favorável á educação dos jovens no que diz respeito á sua educação sexual [...]; se incumbe também da educação física, do avigoramento pelas regras da boa higiene, dos exercícios bem compreendidos e praticados”. Por outro lado, a “eugenia negativa” propunha um rigoroso controle sobre os meios de reprodução humana, proibindo o matrimônio de indivíduos considerados “inaptos” ou “anormais”; é responsável, ainda, pela formulação de leis que restrinjam a imigração e que apliquem a esterilização. KEHL, Renato. Sociedade Eugênica de São Paulo. *Jornal do Comércio*, São Paulo, 4 abril 1919.
- 89 Steven Jay Gould apresenta em “A falsa medida do homem” um excelente panorama sobre as diversas teorias e disciplinas científicas criadas durante o século XIX na Europa, como a craniometria, a biometria, a antropologia física e a própria eugenia, que fundamentaram as discussões sobre o pensamento racial e o racismo científico do ocidente. Como demonstra o autor, estes campos da ciência criaram durante o século XIX uma variedade de medidas, fórmulas, graduações, testes e quantificações que visavam medir e legitimar, a partir da “prova científica”, os diferentes “níveis de evolução humana”, as hierarquias raciais e o grau de inteligência de cada grupo humano. GOULD, Steven Jay. *A falsa medida do homem* São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.
- 90 STEPAN, op. cit., p. 335.
- 91 CARRARA, op. cit., p. 431.
- 92 STEPAN, op. cit., p. 357.
- 93 SKIDMORE, op.cit.
- 94 MEIRA, op. cit. p. 50-51.
- 95 Ibid., p. 51.
- 96 Ibid., p. 60.
- 97 Ibid., p. 51.
- 98 KEHL, Renato. As questões de raça. *Gazeta do Povo*, Curitiba, out. 1921, s/p (recorte avulso, Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC).
- 99 Ibid.
- 100 Essa ruptura no pensamento de Renato Kehl e sua relação com a “eugenia negativa” alemã e norte-americana são analisadas em SOUZA, op. cit..
- 101 HENRIQUE, op. cit., p. 11-12.
- 102 Ibid., p. 12.
- 103 Ibid., p. 65-66.
- 104 MAGALHÃES, Bernardo de. Eugenia: seus fins – fatores disgênicos á combater. In: *Annaes de Eugenia*. op. cit., p. 162.
- 105 Ibid., p. 162-163.
- 106 Ibid., p. 172.
- 107 MOREIRA, Juliano. A seleção individual de imigrantes no programa da higiene mental. *Archivos brasileiros de higiene mental*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 1, mar. 1925, p. 109-115.
- 108 PACHECO E SILVA, A. C. Imigração e Criminalidade. *Archivos brasileiro de higiene mental*. Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, dez. 1925, p. 32.
- 109 Ibid., p. 27.
- 110 KEHL, Renato. O papel da eugenia na restauração das raças. Rio de Janeiro: *Correio da Manhã*, 1921.
- 111 As discussões sobre as idéias eugênicas e as polêmicas lançadas por essas duas tendências do movimento eugênico brasileiro a partir do final dos anos 1920, especialmente aquelas que envolviam o eugenista Renato Kehl, são tratadas em minha dissertação de mestrado: SOUZA, Vanderlei s. de. A política biológica como projeto, op. cit., p. 155-194.
- 112 A tese do branqueamento racial, construída no final do século XIX por intelectuais brasileiros, postulava que a “mistura racial” no Brasil conduziria ao embranquecimento da nacionalidade, já que a superioridade da “raça branca” triunfaria sobre as demais. Tal ideologia se consolidaria durante os anos 1920 e 1930, quando houve uma aceitação implícita deste pressuposto em parte do pensamento social brasileiro. SKIDMORE, op. cit., p. 192.
- 113 KEHL, Renato. *Lições de eugenia*. Rio de Janeiro: Liv.Francisco Alves, 1929, p. 191.
- 114 O debate travado durante o Congresso de Eugenia de 1929 encontra-se nas Actas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, s/ed., 1929.

[Artigo recebido em 03/2006 | Aceito em 01/2008]